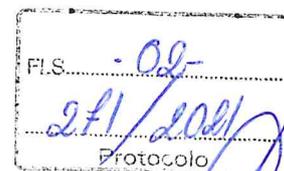




Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006 / 2021

PROCESSO Nº 271 / 2021

(S) COMISSÃO(OES) DE: _____

20/05/2021

PRESIDENTE

Institui a Medalha Legislativa Bertha Lutz e dá outras providências.

O Vereador PASTOR JOÃO GOMES, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhes confere o artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 168 do Regimento Interno, apresenta, para apreciação Plenária, o seguinte PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica instituída a Medalha Legislativa Bertha Lutz, destinada a homenagear personalidades civis e militares, instituições públicas e privadas, que se destacarem na luta pelos direitos da mulher, tornando-se merecedoras de especial destaque.

Parágrafo único – As medalhas serão entregues anualmente e, quando possível, no dia 08 de Março, por ser o Dia Internacional da Mulher, em Sessão Solene.

Art. 2º - Será constituída uma comissão para propor a indicação das personalidades a serem homenageadas, composta por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, 01 (um) membro da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Diadema/SP, 01 (um) membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e 02 (dois) Vereadores.

Art. 3º - As medalhas terão, no verso, o brasão de Diadema, ao redor do qual serão gravados os seguintes dizeres: “Mérito na luta pelos Direitos da Mulher – Câmara Municipal de Diadema”; e no anverso constarão o nome do agraciado e a data da concessão.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 14 de Maio de 2021.

Vereador PASTOR JOÃO GOMES



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA



Bertha Maria Júlia Lutz (São Paulo, 2 de agosto de 1894 – Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1976) foi uma ativista feminista, bióloga e política brasileira. Era filha de Adolfo Lutz, cientista e pioneiro da Medicina Tropical, e de Amy Fowler, enfermeira inglesa. Não casou e não teve filhos.

Especializou-se em anfíbios, foi pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro e uma das figuras mais significativas do feminismo e da educação no Brasil do século XX. Também foi a principal autora da publicação *Lutz's Rapids Frog*, que descreveu o *Paratelmatobius lutzli* (Lutz and Carvalho, 1958).

Em 2017, seu sobrenome foi homenageado a partir da nomeação da espécie de perereca *Aplastodiscus lutzorum*.

Trajetória acadêmica

Bertha fez o ensino superior na Europa, formando-se em Ciências Naturais pela Universidade de Paris (Sorbonne) em 1918, com especialização em anfíbios anuros. E foi durante sua permanência na universidade que tomou contato com o movimento feminista inglês.

Voltou para o Brasil logo após sua graduação, em 1918, e começou a trabalhar como tradutora no setor de Zoologia do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, onde trabalhava seu pai.

No dia 3 de setembro do ano seguinte, foi aprovada em um concurso e nomeada Secretária do Museu Nacional. Tornou-se, então, a segunda mulher brasileira a fazer parte do serviço público no país. Mais tarde, foi promovida a chefe do departamento de Botânica do Museu, posição que ocupou até aposentar-se, em 1964.

Formou-se em Direito, em 1933, pela Faculdade do Rio de Janeiro, que depois foi incorporada à URFJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Tentou se tornar professora da instituição com a tese "A Nacionalidade da Mulher Casada perante o Direito Internacional Privado" em que abordava a perda da nacionalidade feminina quando a mulher se casava com um estrangeiro.

Bertha também foi membra do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1939-1951) e do Conselho Florestal (1956).

Em agosto de 1965, recebeu o título de professora emérita da URFJ.

Feminismo e diplomacia

Em 1919, Bertha fundou no Rio de Janeiro a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, formada por um grupo de mulheres de classe média e alta escolaridade.

Em 1922, organizou o *I Congresso Feminista do Brasil* e representou as mulheres brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada no



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

FLS. - 04 -
27/1/2021
Protocolo

Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da *Sociedade Pan-Americana das Mulheres*. Após retornar ao Brasil, ajudou a fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), da qual foi presidente até 1942 e cuja principal bandeira era a reivindicação do voto feminino. A Federação é considerada a principal instituição coletiva de mulheres no país até a década de 1970, e de onde derivaram diversas outras associações.

Em 1929, Bertha e outras integrantes da FBPF criaram a *União Universitária Feminina*, que em 1961 passou a se chamar *Associação Brasileira de Mulheres Universitárias*. Um dos objetivos primordiais da organização era incentivar o estudo superior entre a população feminina. Em 1937, a União foi convidada formalmente a participar da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O movimento sufragista brasileiro teve uma grande vitória em 24 de fevereiro de 1932, data em que o Presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 21.076, que instalou o novo Código Eleitoral e garantiu o direito de voto feminino no País.

Em 1933, a bióloga fundou a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. No mesmo ano, representou o Brasil na VII Conferência Pan-americana, em Montevideu (Uruguai). Também foi representante brasileira na Conferência Internacional do Trabalho de 1944, realizada nos EUA.

Integrou a delegação do Brasil à Conferência de São Francisco, 1945, cujo intuito era redigir o texto definitivo da Carta das Nações Unidas. Durante o evento, Bertha se empenhou, junto a outras delegações da América do Sul, para assegurar que a Carta fosse revista periodicamente. Entretanto, seu grande mérito foi a luta para incluir menções sobre igualdade de gênero no texto do documento. Embora quatro mulheres tenham assinado a Carta, apenas Bertha e a delegada da República Dominicana, Minerva Bernardino, defenderam os direitos femininos.

Devido a sua atuação na Conferência de São Francisco, Bertha foi convidada pelo Itamaraty a integrar a delegação brasileira à Conferência do Ano Internacional da Mulher, organizada pela ONU e realizada no México entre junho e julho de 1975.

Atuação parlamentar

Efetivamente, a carreira política de Bertha Lutz começou em 1934, quando candidatou-se à Câmara dos Deputados do RJ pela legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a Liga Eleitoral Independente, criada por ela em 1932 e ligada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Obteve a primeira suplência e tomou posse em 28 de junho de 1936, após a morte do deputado titular Cândido Pessoa. O decreto do Estado Novo por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, e o conseqüente fechamento do Congresso Nacional, puseram fim ao seu mandato. Bertha, entretanto, deu continuidade a sua carreira atuando em órgãos públicos.

As principais bandeiras de luta durante seu período como parlamentar foram mudanças na legislação trabalhista, em especial relacionadas aos direitos femininos, como equiparação de salários e direito à licença-maternidade, e a luta contra o trabalho infantil. Também foi ativa na defesa do conhecimento científico brasileiro, da formação científica, do combate à doenças, da proteção à natureza e conservação da fauna e da flora.

Antes de tomar posse na Câmara, Bertha participou da Comissão Preparatória do Anteprojeto do novo texto constitucional, que aconteceu em Petrópolis em



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo



1932. Elaborou sugestões para a Constituição (promulgada em 1934), as quais foram discutidas em reuniões da FBPF e estão reunidas no documento *13 Princípios Básicos de Direito Constitucional*. As propostas defendiam os direitos políticos e jurídicos das mulheres, dando ênfase às questões relativas ao trabalho, à educação, à maternidade e à infância. Foram levadas à Assembleia Constituinte por Carlota Pereira de Queiroz, única mulher a participar deste processo legislativo, e muitas delas incorporadas.

Dentro da Câmara, lutou pela criação de um ministério Nacional da Mulher, foi presidente da Comissão do Estatuto da Mulher e apresentou o projeto ao Departamento de Maternidade, Infância, Trabalho Feminino e Lar. Este foi aprovado, mas não saiu do papel devido ao fechamento do Congresso em 1937.

Contribuição para a educação

Além de suas contribuições para a área da Biologia e de seu empenho para impulsionar os ideais feministas no Brasil, a presença de Bertha Lutz foi marcante no campo de Educação.

Em 1920, ela foi nomeada inspetora do ensino secundário pelo Barão de Ramiz Galvão e enviada para o Ginásio Masculino de Lorena (SP). Dois anos depois, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, conseguiu admissão de meninas no externato do Colégio Pedro II, umas das instituições de ensino mais tradicionais no país, desde o Império até os dias atuais.

Com o apoio do Ministério da Agricultura, Bertha realizou um estudo sobre a difusão de conhecimentos domésticos e agrícolas junto à população rural. Para ela, este era um passo essencial para ajudar na organização das cooperativas industriais regionais femininas. Bertha viajou para os Estados Unidos (1923) e para a Bélgica (1929) com o intuito de analisar as experiências destes países com educação doméstica agrícola, e inclusive recebeu um prêmio do governo belga, em 1923, pela relevância de seus estudos.

Assim que retornou da viagem de observação nos EUA, Bertha Lutz entregou ao Ministro da Agricultura um relatório sobre a sua experiência e as propostas de estruturação organizacional do ensino agrônômico que elaborara a partir dela. As medidas dividiam-se em dois eixos: criação de escolas superiores de economia doméstica e de um serviço de extensão para difusão dos conhecimentos de economia doméstica rural entre a população feminina do campo.

Em 1924, a pesquisadora ajudou na fundação da Associação Brasileira de Educação, cuja ata de criação contou com a assinatura de sete homens e três mulheres.

(Fonte: Wikipedia)

Diadema, 14 de Maio de 2021.

Vereador PASTOR JOÃO GOMES